

Museologia social como ponte

Do Morro do Castelo à Vila Autódromo

Social Museology as a bridge: from Morro do Castelo to Vila Autódromo

Recebido em: 20/08/2024

Aprovado em: 18/12/2024

Sandra Maria de Souza Teixeira

Lia Fernandes Peixinho

[Sobre os autores >>](#)

RESUMO

O presente artigo aborda algumas relações possíveis entre os objetos da remoção do Morro do Castelo e os do processo de remoção da Vila Autódromo. Em 2017, o Museu das Remoções, museu comunitário da Vila Autódromo, doou uma coleção de objetos do processo de remoção da Vila Autódromo ao Museu Histórico Nacional (MHN). A doação envolveu a vontade de articular dois tempos e espaços: 1922 e a demolição do Morro do Castelo e 2016 e o processo de remoção da Vila Autódromo. Esses dois tempos e lugares se conectam por uma linha do tempo marcada por muitas outras remoções. Qual pode ser o papel dos museus diante da questão das remoções forçadas? Qual pode ser o papel social do MHN ao se comprometer com a preservação de objetos desses dois tempos e contextos? A partir dessas questões, buscamos refletir sobre as contribuições da museologia social para uma mudança de perspectiva em narrativas de museus históricos ao lidar com passados presentes.

Palavras-chave: Remoção; Museu das Remoções; Museu Histórico Nacional; museologia social; coleções.

ABSTRACT

This article discusses some possible relationships between objects from the removal of Morro do Castelo and objects from the Vila Autódromo removal process. In 2017, the Museu das Remoções, Vila Autódromo's community museum, donated a collection of objects from the Vila Autódromo removal process to the National Historical Museum (MHN). The donation involved the desire to articulate two times and spaces: 1922 and the demolition of Morro do Castelo, and 2016 and the process of removing Vila Autódromo. These two times and places are connected by a timeline marked by many other evictions. What role can museums play in the face of forced evictions? What can be the social role of the MHN in committing itself to preserving objects from these two times and contexts? Based on these questions, we seek to reflect on the contributions of social museology to a change of perspective in historical museum narratives when dealing with present pasts.

Keywords: Removal; Removals Museum; National Historical Museum; Social Museology; collections.



Os museus e a história articulam possíveis pontes entre tempos

O Morro do Castelo ficava em uma área próxima de onde hoje se localiza o Museu Histórico Nacional (MHN) e, no início do século XX, abrigava mais de cinco mil habitantes. Sua demolição ocorreu no contexto das obras de remodelação urbana para a Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil em 1922, vinculadas ao ideal moderno de desenvolvimento das cidades europeias, cujo objetivo era incluir o Rio de Janeiro no cenário mundial. Um século depois, a Vila Autódromo foi uma das comunidades atravessadas por um violento processo de remoção, com o intuito de fortalecer a imagem do Rio de Janeiro como uma cidade global, no contexto das transformações da cidade para sediar as Olimpíadas de 2016. A comunidade, que antes do processo de remoção abrigava cerca de setecentas famílias, foi reduzida a vinte.

A partir da articulação de moradores e apoiadores da Vila Autódromo com a museologia social, nasce, em 2016, o Museu das Remoções - um museu comunitário que se compromete a tratar a remoção como um problema social e uma prática política histórica presente na formação da cidade do Rio de Janeiro e de muitas outras do Brasil e do mundo. Na comemoração do seu primeiro ano de existência, em 2017, o Museu das Remoções doou uma coleção de objetos do processo de remoção da Vila Autódromo ao MHN. A doação envolveu a vontade de articular dois tempos e espaços: 1922 e a demolição do Morro do Castelo; e 2016 e o processo de remoção da Vila Autódromo. Esses dois tempos e lugares se conectam por uma linha do tempo marcada por muitas outras remoções, e a prática das remoções forçadas se perpetua e reconfigura como um passado presente que não passa.

Nos interessa questionar: qual pode ser o papel dos museus diante da questão da remoção? Qual pode ser o papel social do Museu Histórico Nacional ao se comprometer a preservar objetos desses dois tempos e contextos? A partir dessas questões, buscamos refletir sobre as contribuições da museologia social para uma mudança de perspectiva em narrativas de museus históricos ao lidar com passados presentes.

Processo de remoção da Vila Autódromo

A Vila Autódromo é uma comunidade situada em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, às margens da Lagoa de Jacarepaguá. Teve origem na década de 1960 como uma colônia de pescadores que habitavam às margens da lagoa, uma comunidade pesqueira.

Na década de 1970, ocorreu uma grande obra ao lado da comunidade, era a construção do Autódromo de Jacarepaguá. Essa proximidade gerou a popularização do nome Vila Autódromo para referir-se ao local. Na época, não havia muita infraestrutura na região. Era um local de difícil acesso, não havia ônibus passando próximo, era preciso andar. E muitos operários, que vieram trabalhar nas obras, moravam distante e foram acolhidos na comunidade pesqueira. Ainda na mesma década, e bem próximo, ocorre a construção do Riocentro, um grande espaço de convenções, que também demandava mão de obra.

Na década de 1980, a Barra da Tijuca, bairro vizinho, encontrava-se em processo acelerado de expansão urbana, com construções de condomínios de luxo, *shopping centers* e grandes vias. As obras se intensificaram e atraíram para a região muitas pessoas em busca de trabalho. Porém, o projeto de expansão urbana não incluía moradia próxima ao trabalho, pelo contrário, removia as moradias populares, pois queriam construir uma área nobre. Muitas pessoas foram removidas nessa época, para que grandes construções fossem erguidas. E várias famílias buscaram acolhimento na Vila Autódromo.

A especulação imobiliária, que sempre acompanha a urbanização, intensificou-se. A Vila Autódromo, também ameaçada, fundou nessa década a Associação de Moradores da Vila Autódromo, visando maior organização. No início da década de 1990, conquistou dois títulos de concessão de uso da terra (CDRU), reconhecidos pelo Iterj (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro). Nessa época também ocorreram na comunidade dois assentamentos de famílias removidas. “No final da década de 1980, a comunidade acolhe mais famílias removidas, da Comunidade Cardoso Fontes e em 1994, outras 60 famílias. Porém, estes assentamentos são feitos pelo próprio Governo do Estado do Rio de Janeiro” (Münch, 2017, p. 42).

A Vila Autódromo resiste às pressões e ameaças de remoção por mais de trinta anos. Foram vários processos judiciais, muitas ameaças, muita luta e também muitas conquistas. Entre as quais os dois títulos reconhecidos pelo Iterj, já mencionados: um concedido pelo governo do Estado e o outro pela Secretaria de Habitação e Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro. Antes das remoções (figura 1), a comunidade abrigava cerca de setecentas famílias.



Figura 1. Vila Autódromo antes do processo de remoção. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 25 de junho de 2009.

Inicia-se um novo milênio, e logo na primeira década as ameaças de remoção se intensificaram. Em 2002, com o anúncio da cidade do Rio de Janeiro como sede do XV Jogos Pan-Americanos de 2006, surge uma nova justificativa para a remoção da Vila Autódromo: o terreno seria usado para a construção da Vila Olímpica. A resistência também se intensifica, e em 12 de janeiro de 2005, após muitas lutas e disputas, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou a Lei Complementar no 74/2005, que estabelece quase toda a área da Vila Autódromo como Área de Especial Interesse Social (AEIS), destinada à moradia popular.

Em 2007 o Brasil foi escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014. E, dois anos depois, em 2009, novamente foi escolhido para sediar outro megaevento: as Olimpíadas de 2016, na cidade do Rio de Janeiro. Megaeventos internacionais, e todos eram pretextos de remoção na Vila Autódromo. Projetos de reforma urbana e construções espetaculares eram justificativas para a remoção de centenas de famílias na cidade do Rio de Janeiro, “cerca de 77.206 pessoas, entre 2009 e 2015, conforme dados apresentados pela Prefeitura do Rio de Janeiro, em julho de 2015” (Dossiê..., 2015, p. 20). Até a realização dos Jogos Olímpicos, muitas outras remoções ocorreram. Estas foram intensificadas pela especulação imobiliária e pelo investimento financeiro privado no processo de preparação dos Jogos Olímpicos, realizados na cidade do Rio de Janeiro em 2016, e mobilizadas por parcerias público-privadas com grandes empreiteiras e construtoras, como consta no Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíada do Rio de Janeiro:

Para a construção da infraestrutura e parte das instalações, a prefeitura realizou uma concessão administrativa na modalidade Parceria Público-Privada, com prazo de vigência de 15 anos. A única proposta apresentada, portanto vencedora, foi a do Consórcio Rio Mais, composto pelas construtoras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken. A Carvalho Hosken é também a principal proprietária de terras do entorno do Parque Olímpico (com histórico de grilagem), portanto, principal beneficiária da valorização imobiliária gerada pelas obras. O consórcio é responsável por implantar toda a infraestrutura do Parque Olímpico e manter a área por 15 anos; além de construir os três pavilhões que farão parte do futuro Centro Olímpico de Treinamento (COT), o Centro Internacional de Transmissão (IBC), o Centro de Mídia Imprensa (MPC), um hotel e a infraestrutura da Vila dos Atletas (que também está sendo erguida na Barra da Tijuca) (Dossiê..., 2015, p. 73).

A Vila Autódromo, mais uma vez ameaçada de remoção, participa de reuniões com a prefeitura, nas quais fica evidente para os moradores que não era necessária a remoção da Vila Autódromo; porém, a prefeitura insistia não ser possível a urbanização. Uma moradora pede o apoio de duas universidades – a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ)¹ - para a construção de um projeto de urbanização que demonstrasse ser possível a urbanização e permanência no território. E assim, em 18 de dezembro de 2011, é aprovado em assembleia de moradores o Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo, que ganhou, em 2013, o prêmio de Urbanismo do Deutsche Bank Urban Age Award. Foi, entretanto, ignorado pelo prefeito, mas utilizado pelos moradores como um potente instrumento de luta e resistência contra as remoções.

Em sua monografia de conclusão do curso de História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a moradora da Vila Autódromo e cofundadora do Museu das Remoções, Sandra Maria Teixeira (2023) descreve as violências sofridas pelos moradores no processo de remoção da Vila Autódromo. Segundo a autora, a prefeitura utilizou todo o seu aparato de força e violência, com ações que violavam os direitos humanos das pessoas que moravam e resistiam para permanecer no território, o qual, com as ações do poder público para avançar com a remoção, a cada dia mais parecia com um território de pós-guerra (figuras 2 e 3).

As violações de direitos e pressões variadas prosseguem, incluindo dois decretos de desapropriação, retirada da iluminação pública das principais ruas, suspensão de serviços básicos como entrega de correspondência e coleta de lixo, derrubada de casas com os pertences de moradores dentro, fechamento dos comércios locais, descumprimento de normas de segurança para realizar as demolições, abandono dos escombros no local, entre tantas outras pressões psicológicas, jurídicas e físicas (Teixeira, 2023, p. 11).

¹ Por intermédio do Neplac/Ettern/Ippur/UFRJ (Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e o Nephu/UFF (Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense).



Figura 2. Casa descaracterizada. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: primeiro semestre de 2014.



Figura 3. Escombros abandonados no território. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: fevereiro de 2016.

A resistência da Vila Autódromo teve, entre outros instrumentos de luta, ações culturais de arte e educação, gerando o movimento Ocupa Vila Autódromo, no qual nasceu o Museu das Remoções. Uma resistência histórica que, apesar da remoção de centenas de famílias, termina com a vitória da comunidade. Apesar de apenas vinte famílias terem conseguido a permanência, a Vila Autódromo tornou-se uma referência na luta pelo direito à moradia.

Criação do Museu das Remoções e suas relações com a museologia social

O Museu das Remoções constrói-se com muitas mãos, corpos e mentes envolvidos em oficinas de memória, reuniões e coletas de peças nos escombros, como mais uma ação do movimento Ocupa Vila Autódromo, mais uma ferramenta contra as remoções e contra o apagamento da memória, história e direitos. A data escolhida para a inauguração do museu foi o dia 18 de maio de 2016, Dia Internacional dos Museus, quando o tema de discussão sugerido pelo Conselho Internacional de Museus (Icom) para comemorar a data era “Museus e paisagens culturais”. Nesse sentido,

[o] museu apresentou uma potente crítica no que se refere ao tema, aparentemente pacificado: “Museus e paisagens culturais”. E indicou que os principais destruidores da paisagem cultural são o poder público em articulação com o grande capital, as grandes corporações e as grandes empreiteiras (Chagas; Bogado, 2017, p. 144).

Cientes de que a memória pode ser perdida, silenciada ou apagada, moradores e apoiadores utilizam o lema “Memória não se remove” (figura 4) na criação do museu, com a intenção de marcar o esforço para preservar a narrativa das remoções pela perspectiva dos afetados por ela. Por tudo isso, o Museu das Remoções é um museu criado na luta, pela luta e para a luta. Um museu a céu aberto, de território e vinculado à denominada museologia social, entendida como um pensar e agir no âmbito da museologia com o compromisso da mudança social para uma maior abrangência de realidades subalternizadas.



Figura 4. “Memória não se remove” inscrita em parede de casa que está sendo demolida. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 2 de agosto de 2016.

A museologia social foi essencial na composição de ideias para a criação do Museu das Remoções, estando presente na gênese da ideia de criação de um museu comunitário na Vila Autódromo proposta pelo museólogo e ativista social Thainã de Medeiros. Essa museologia social a que nos referimos se conecta e se constrói a partir de uma série de eventos de um longo processo que ganhou força a partir da segunda metade do século XX. A fim de registrar algumas referências frequentes de tal processo, podemos mencionar o surgimento da Nova Museologia, que, a partir da Declaração de Quebec, desencadeia uma disputa entre seus apoiadores e os conservadores da museologia clássica hegemônica, que não valoriza o protagonismo dos grupos sociais historicamente dominados, explorados e subalternizados em detrimento de seus colonizados. Consideramos que as mudanças buscadas pela reflexão e prática da museologia social seguem em curso até os dias atuais.

No Brasil, os primeiros museus têm sua origem no período colonial e, ao longo dos séculos que se seguiram, se especializaram

em preservar e valorizar os elementos culturais dos colonizadores, conformando-se em mais um instrumento de dominação. Segundo Fanon, “em primeiro lugar, afirma-se a existência de grupos humanos sem cultura; depois, a existência de culturas hierarquizadas; por fim, a noção de relatividade cultural” (Fanon, 1980, p. 35). Essa dominação cultural, que tem como prática silenciamentos e apagamentos de história, cultura e memória, está presente na arquitetura, em monumentos, em nomes de ruas e de bairros, construindo uma leitura urbana que reflete a valorização cultural colonizadora. A museologia social marca um rompimento com essa concepção histórica e museológica e um real processo de descolonização, uma vez que valoriza, preserva e dá voz aos elementos culturais de populações dominadas, escravizadas e exploradas nos processos históricos colonizadores; a grupos sociais não contemplados nos métodos de conservação e comunicação dos museus convencionais hegemônicos, que refletem a dominação cultural europeia. Essa disputa de narrativas é mais um reflexo do movimento social de descolonização. E, apesar das críticas acadêmicas, que muitas vezes afirmam que a museologia social não existe, pois toda museologia é social, essa nova prática se fortalece e se consolida, como bem defendem Mario Chagas e Inês Gouveia:

Toda museologia e todo museu existem em sociedade ou numa determinada sociedade, mas quando falamos em museu social e museologia social, estamos nos referindo a compromissos éticos, especialmente no que dizem respeito às suas dimensões científicas, políticas e poéticas; estamos afirmando, radicalmente, a diferença entre uma museologia de ancoragem conservadora, burguesa, neoliberal, capitalista e uma museologia de perspectiva libertária; estamos reconhecendo que durante muito tempo, pelo menos desde a primeira metade do século XIX até a primeira metade do século XX, predominou no mundo ocidental uma prática de memória, patrimônio e museu inteiramente comprometida com a defesa dos valores das aristocracias, das oligarquias, das classes e religiões dominantes e dominadoras (Chagas; Gouveia, 2014, p. 17).

O Museu das Remoções compõe a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (Remus-RJ) e, principalmente a partir dessa parceria, firma a sua relação com a museologia social como vertente central de suas práticas museológicas. A doação de objetos da Vila

Autódromo ao Museu Histórico Nacional é uma dessas práticas museológicas que se localizam na museologia social como linha de ação. Ao buscar a entrada de objetos de uma comunidade e de um museu comunitário em um museu histórico tradicional, o Museu das Remoções explora uma de suas principais características, que é o saber fazer redes e buscar uma mudança por dentro das estruturas que deseja transformar.

Doação de objetos do Museu das Remoções ao Museu Histórico Nacional

No período de construção do Museu das Remoções, foram realizadas oficinas de memórias com moradores, ex-moradores e apoiadores. Após uma dessas oficinas, em um passeio pelos escombros, orientados pelo professor Mario Chagas (figura 5), foram coletadas algumas peças para compor um acervo do período da remoção.



Figura 5. Oficina para a coleta de objetos com o professor Mario Chagas.
Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções.
Data: março de 2016.

A maior parte dessas peças foi doada para o Museu Histórico Nacional no dia 18 de maio de 2017, na comemoração de um ano do Museu das Remoções (figura 6). Os objetos doados passaram a compor o acervo permanente do Museu Histórico Nacional e alguns deles foram expostos, em diálogo com peças do Morro do Castelo, em *Cidadania*, módulo da exposição de longa duração do MHN dedicado à história contemporânea.



Figura 6. Cerimônia de doação dos objetos da Vila Autódromo ao MHN.

Autoria: desconhecida. Museu Histórico Nacional, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 18 de maio de 2017.

O propósito da doação se conecta à proposta de ação política do Museu das Remoções no enfrentamento às remoções a partir de uma perspectiva histórica. Nesse sentido, “a expectativa era de estabelecer um diálogo entre os escombros e outros objetos da Vila com os escombros e outros objetos referentes ao Morro do Castelo pertencentes ao acervo do Museu Histórico Nacional” (Peixinho, 2024, p. 127). Ao propor a doação da coleção de objetos da Vila Autódromo ao Museu Histórico Nacional, moradores e apoiadores da comunidade provocam o MHN a repensar seu posicionamento institucional e narrativa museológica sobre as remoções e sua relação com o território, já que ele possui objetos do Morro do Castelo e está situado em local próximo da área onde era o morro.

Vale mencionar que o nosso posicionamento sobre o deslocamento desses objetos de seu contexto de origem é o de que este não representa total transferência de responsabilidade e autoridade

sobre as peças. Acreditamos e defendemos que a comunidade permanece sendo a primeira autoridade sobre esses objetos, mesmo após a doação ao Museu Histórico Nacional. Baseada na prática da museologia social como uma ação política, a doação chama a atenção para a necessidade de revisão de narrativas e posicionamentos em museus tradicionais. Para Maria da Penha Macena, moradora da Vila Autódromo e cofundadora do Museu das Remoções, a museologia social pode ser vista como uma ação estratégica para o desenvolvimento de uma narrativa em primeira pessoa de grupos subalternizados em museus tradicionais:

Eu acho que a museologia social, ela tá transformando a forma desses museus tradicionais é, aceitar de verdade a população que faz parte da cidade, principalmente as favelas e as comunidades, porque antes nós não tínhamos como colocar, a gente só sabe só do Morro do Castelo, que eu acho que foi até assim, assim, é raro, porque eu acho que ninguém nunca se preocupou, porque a sociedade ela não se preocupa em guardar a memória do trabalhador, do negro, do índio, dos povos originários. Essa é a grande verdade. Eles se preocupam em falar de quem tem dinheiro, de quem teve vitórias na vida, que lutou na guerra, enfim, isso tudo que nós já conhece (Entrevista de Maria da Penha Macena, cedida à Sandra Maria Teixeira em 26 de julho de 2023).

No processo de doação, o Museu Histórico Nacional orientou o grupo do Museu das Remoções que o ideal seria que os objetos a serem doados não fossem de material muito frágil, por questões de conservação. Além disso, foi solicitada a elaboração de um documento com fotos, medidas e biografia dos objetos, o que foi um desafio, devido ao contexto da própria coleta:

Eles também perguntaram a história do objeto, isso foi uma dificuldade imensa pra gente, porque, por exemplo, pegou um azulejo no meio do nada, né, do nada, não, no meio dos escombros. Pra gente saber de que casa era esse azulejo, isso foi uma coisa que eles solicitaram, a história de cada objeto. Então tiveram alguns objetos que a gente teve muita dificuldade pra saber exatamente de quem era, de que casa era. Aí já foi um fator de dificuldade que a gente teve na hora dessa coleta (Entrevista de Nathalia Macena da Silva, cedida à Lia Peixinho em 14 de julho de 2022).

O documento elaborado pelo grupo do Museu das Remoções buscou identificar “a que casa o objeto pertenceu; quem era seu morador; e, quando possível, algumas informações sobre o morador e sua família” (Peixinho, 2024, p. 130). Observamos que no “contexto de produção desses fragmentos, a falta de informações sobre a biografia dos objetos é um dado a ser trabalhado na musealização” (Peixinho, 2024, p. 130), considerando que

As remoções têm influência na perda de referências no território. Também conta se o antigo dono ou dona da casa é ex-morador ou ex-moradora da comunidade, o que pode interferir na manutenção do contato. Além disso, em dois casos, conta também que os antigos moradores faleceram após serem obrigados a sair de suas casas na Vila Autódromo, o que pode ser relacionado, inclusive, com o trauma vivido (Peixinho, 2024, p. 130).

Em um primeiro momento, foram selecionados oito dos quatorze objetos que seriam doados: alvenaria com azulejo, da casa do Francisco (figura 7); peitoril de granito, da casa do Joaquim (figura 8); bloco hexagonal em cimento, da casa do Adão (figura 9); bloco em ziguezague em cimento, da casa do João (figura 10); faca unipolar, da casa da Maria (figura 11); grade de janela em ferro, da casa da Mainha (figura 12); azulejo de piscina com imagem de peixe, da casa da Nadilse (figura 13); e tijolo maciço da casa de um morador não identificado (figura 14). Observa-se que nem todos apresentaram uma descrição mais detalhada no primeiro documento desenvolvido.

Figura 7. Pedaco de alvenaria com azulejo (Casa do Francisco). Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 2016.

Peça em alvenaria, era parte da casa do seu Francisco, que situava-se na Rua Francisco Landy. A casa foi construída pelo próprio, fato que ele se orgulhava em dizer. Seu Francisco trabalhava como porteiro e contribuiu muito no processo de resistência da comunidade (Texto extraído do documento elaborado pela equipe de trabalho do Museu das Remoções).





Figura 8. Peitoril de granito (Casa do Adriano Ferreira – Joaquim).

Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 2016.

Este peitoril de granito era parte da casa de Joaquim, que situava-se na Rua Francisco Landy. A edificação possuía dois andares: uma loja no primeiro piso e a residência da família no segundo (Texto extraído do documento elaborado pela equipe de trabalho do Museu das Remoções).



Figura 9. Bloco hexagonal em cimento (Casa do Adão).

Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 2016.

Este bloco hexagonal era parte do calçamento da casa do Adão, que situava-se na Rua Beira Rio. A casa era uma residência, mas nela também funcio-

nava o centro espírita. Adão era maratonista e veio a falecer poucos meses após ter saído da Vila Autódromo (Texto extraído do documento elaborado pela equipe de trabalho do Museu das Remoções).



Figura 10. Bloco em ziguezague em cimento (Casa do João).

Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções.

Data: 2016.



Figura 11. Faca unipolar – equipamento de rede elétrica (Casa da Maria).

Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções.

Data: 2016.



Figura 12. Grade de janela em ferro (Casa de Mainha). Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 2016.

Este fragmento de grade da janela da casa de Mainha, era de sua casa, situada na Rua Gilles Villeneuve. A Mainha era uma moradora da Vila Autódromo, que já havia passado por uma remoção, da Comunidade do Via Parque, na época da construção do Shopping Center Via Parque, na Barra da Tijuca. O padraсто dela era o Sr. Pernambuco, um pescador que estabeleceu-se há muito tempo na Vila Autódromo, quando ainda existiam muitos pescadores. Por ter demorado a negociar, a casa foi uma das últimas a serem demolidas. O sr. Pernambuco morreu pouco depois de negociar (Texto extraído do documento elaborado pela equipe de trabalho do Museu das Remoções).

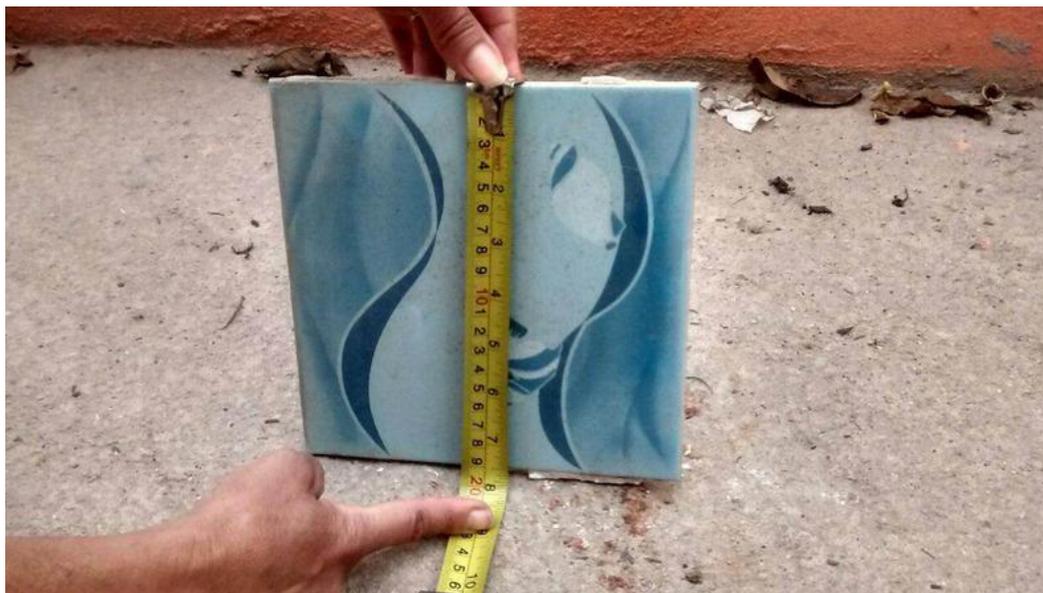


Figura 13. Azulejo de piscina com imagem de peixe (Casa de Nadilse).

Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções.

Data: 2016.

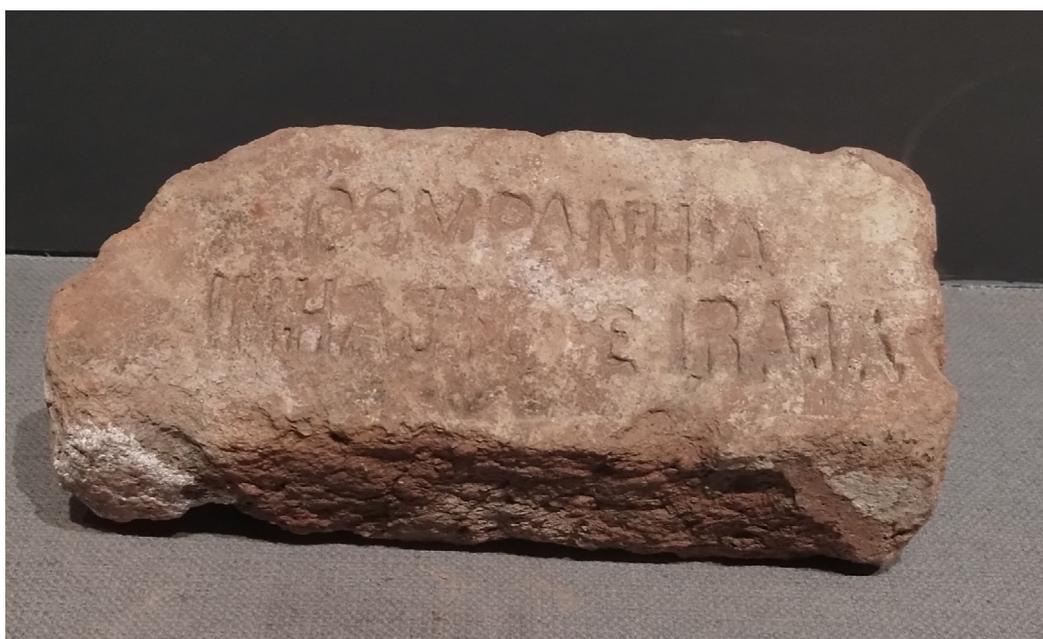


Figura 14. Tijolo maciço (Casa de morador não identificado).

Fonte: Museu Histórico Nacional/Ibram. Disponível [neste link](#).

O tijolo resume bem a complexidade do contexto de origem e dificuldades da coleta desses objetos. Não se sabe a que casa esse tijolo pertenceu. Para Sandra Maria, é justamente isso que o torna especial, pois, na requalificação desse objeto no processo de musealização, a ausência de informações sobre sua vida anterior

às remoções fez com que ele fosse considerado um objeto símbolo de todas casas removidas na Vila Autódromo. Em entrevista, Sandra relembra que comentou sobre a importância da forma como o tijolo foi requalificado na musealização, na cerimônia de doação dos objetos ao MHN:

E dos objetos que foram doados, que foram coletados no primeiro momento, daqueles, a minha relação de afeto maior, e como já falei várias vezes e já escrevi, inclusive, e alguns artigos. Eu falo isso inclusive no dia da doação, no dia que é feita a doação, a minha fala de doação, eu falo sobre isso, porque o tijolo da casa de um morador desconhecido, então esse tijolo, eu acho que ele é uma das peças mais importantes desse acervo, porque ele representa, a partir do momento que ele foi coletado nos escombros, e que ele é... não tem a sua origem definida da casa, de qual morador ele fazia parte, então nesse momento ele passa a representar a casa de todos os moradores, e principalmente dos moradores que não foram identificados, que não tiveram seus nomes, seus rostos definidos, registrados, então a... ele representa essa identidade oculta, que é a maioria, né, a maioria das pessoas, foram cerca de setecentas famílias removidas, e a gente só tem o nome de algumas. Então esse tijolo representa a comunidade como um todo, então, pra mim é a peça mais importante de todo esse acervo (Entrevista de Sandra Maria de Souza Teixeira, cedida à Lia Peixinho em 14 de julho de 2022).

Em um segundo momento de coleta e seleção de objetos a serem doados, os moradores da Vila Autódromo fizeram uma curadoria de objetos que haviam pertencido às casas de quem conseguiu permanecer na comunidade. Não foi possível recuperar objetos de todos os moradores que permaneceram, mas foi possível selecionar objetos da casa de Sandra Maria e de dona Denise, que ainda possuíam escombros no território, e da casa de dona Penha, que guardou alguns objetos de sua antiga casa quando foi removida.

Dos escombros da casa de Sandra Maria, foi coletada uma bomba de água tipo “bomba sapo” (figura 15). A bomba era utilizada por Sandra Maria e outros moradores na limpeza do sumidouro, que era o sistema de esgoto da comunidade antes das remoções. O sistema sanitário foi desenvolvido por meio do Projeto Experimental de Fossa Verde, uma parceria da comunidade com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Nele, “a água de esgoto era devolvida

ao ambiente, já tratada em fossas, sem risco de contaminação do solo” (Teixeira, 2022, p. 451). Nesse sentido, o objeto representa o cuidado de saneamento da comunidade, feito pelos próprios moradores e com consciência ambiental, diferente do que foi posteriormente desenvolvido pela prefeitura:

Bomba tipo “sapo”, funciona sendo jogada dentro da fossa ou poço e puxando a água para cima através da mangueira acoplada na parte superior. A peça mostra que o sistema de esgotos da Vila Autódromo era através de sumidouros, ao invés do sistema da prefeitura, que despeja esgoto em lagoas, rios e mares (Texto extraído do documento elaborado pela equipe de trabalho do Museu das Remoções).



Figura 15. Bomba sapo – bomba de água (utilizada por Sandra Maria e outros moradores para fazer a limpeza do sumidouro). Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 2016.

Dos escombros da casa de dona Denise, foi coletado um relógio de luz que ainda estava preso ao poste da casa demolida. Sandra Maria, Sandra Regina e Luiz Cláudio foram surpreendidos no momento da coleta, pois houve um curto-circuito quando Sandra Regina cortou um dos fios – o que Luiz, fotógrafo atento, conseguiu capturar em imagem (figura 16). Ou seja, a casa havia sido demolida, mas a energia elétrica não estava devidamente desativada, o que representa parte do descaso das demolições. Com fios expos-

tos e energizados, a segurança dos moradores ficou comprometida, aumentando a insalubridade da vida no território.



Figura 16. Curto-circuito durante coleta do relógio de luz da casa de dona Denise. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 2 de agosto de 2017.

O relógio (figura 17) foi doado com uma conta de luz (figura 18). O relógio registra o período em que se deu o processo de remoção da Vila Autódromo e a conta de luz foi utilizada “para complementar o diálogo com o medidor, afinal a conta traz as informações de tempo, endereço e o nome da D. Denise, a moradora do imóvel” (Teixeira, 2023, p. 63). O alicate (figura 19) utilizado não foi doado ao Museu Histórico Nacional e permanece na Vila Autódromo. Em mais de uma oportunidade, Luiz Claudio, morador da Vila Autódromo e cofundador do Museu das Remoções, manifestou o desejo de que o objeto seja exposto no Museu Histórico Nacional junto de sua fotografia:

A gente estava nessa fase de pegar material pro acervo e tal, aí vimos o relógio no poste. Pô, aí... a Sandra Regina é mais atendida nessa parada de obra, ela é danada! Ela consertava cano d'água, aí, ela é danada mesmo, ela é muito esperta. E ela tava com o alicate, cara, sabe, tirando o relógio, só que estava energizado ainda. Pô, o alicate era meu, eu tenho esse alicate. Eu pensei até que esse alicate fique no museu, mas a peça foi pro Museu Histórico Nacional e eu fiquei com o alicate. O alicate, cara, quando ela meteu lá, deu mó curto-circuito, tu não tá entendendo. Saiu maior fogo, sabe? E comeu o alicate, o corte do alicate ele comeu. [...] E, cara, incrível, eu bati o clique na hora com fogo, sabe, eu acho que aquela foto ficaria bem bacana junto com o alicate e o relógio, que tá lá (Entrevista de Luiz Claudio da Silva, cedida à Lia Peixinho, em 14 de julho de 2022).



Figura 17. Relógio de luz (Casa de dona Denise). Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 2 de agosto de 2016.



Figura 18. Conta de luz (Casa de dona Denise). Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 2 de agosto de 2016.



Figura 19. Alicates utilizados na coleta do relógio de luz da casa de dona Denise.

Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções.

Data: 25 de fevereiro de 2024.

Dentre os objetos que guardou de sua antiga casa, Maria da Penha escolheu doar um escombro (figura 20) e um basculante (figura 21). No documento produzido pelo grupo do Museu das Remoções, consta que a casa de dona Penha

situava-se na Avenida do Autódromo. A casa foi construída pela própria família e se tornou um símbolo de resistência da comunidade, uma espécie de “sede de acolhimento”, conforme descrevem alguns moradores. Também considerada uma extensão da Igreja e da Associação dos Moradores, devido às atividades que abrigou nos últimos anos. A casa da Dona Penha, durante períodos mais turbulentos do processo de remoção, funcionou como um centro de reunião de moradores, ativistas, cineastas, jornalistas e pesquisadores de diversas partes do mundo (Texto extraído do documento elaborado pela equipe de trabalho do Museu das Remoções).



Figura 20. Alvenaria (fragmento) da antiga casa de Maria da Penha. Fonte:

Museu Histórico Nacional/Ibram.

Disponível [neste link](#).



Figura 21. Basculante (Casa da Penha). Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 2016.

É comum a presença, o protagonismo e a força feminina em lutas sociais. Maria da Penha foi uma das mulheres protagonistas na luta contra o processo de remoção da Vila Autódromo, dentre muitas outras que, juntas, foram peças-chave na luta contra as remoções. Houve homens de destaque na luta, mas “as mulheres foram protagonistas desta batalha, responsáveis por trazer ou manter seus filhos, pais, irmãos, amigos e maridos na resistência nos momentos mais difíceis” (Bogado; Lama; Medina; Chagas, 2018, p. 10).

Por conta do protagonismo e visibilidade de Penha na luta contra o processo de remoção da Vila Autódromo, a remoção de sua casa pôde ser adiada e postergada ao máximo, ao mesmo tempo em que se tornou uma questão de honra para o prefeito Eduardo Paes, a fim de desmobilizar a luta comunitária. A casa de dona Penha foi removida no dia 8 de março de 2016, Dia Internacional da Mulher, e dia em que Penha seria homenageada com o Diploma Mulher Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro, na Assembleia Legis-

lativa do Rio de Janeiro (Alerj) (Talbot, 2016).² A demolição tornou-se um potente ato político e, a fim de tentar minimizar a sua imagem negativa, no mesmo dia, Eduardo Paes noticiou que iria urbanizar a Vila Autódromo. Em entrevista, Penha relata que ter objetos de sua antiga casa preservados no Museu Histórico Nacional a faz se sentir honrada e valorizada por seus esforços na luta contra as remoções:

A minha casa pra mim era muito especial, foi a minha casa sonhada. Ter um pedaço dela hoje dentro do Museu Nacional pra mim é muito bom, é uma boa recordação e ao mesmo tempo uma valorização da minha luta, do que representou, do que representou a minha casa dentro da luta da Vila Autódromo e dentro da... da construção do Museu das Remoções, eu achei que, assim, foi justo, digamos assim, eu acho bem legal, bem interessante. [...] Então eu sou muito feliz de ter tido essa oportunidade de ter uma peça, um pedaço da minha casa no Museu [Histórico] Nacional, e eu poder falar desse pedaço de casa, poder falar da minha casa, eu acho que, assim, não tem preço, é muito maravilhoso (Entrevista de Maria da Penha Macena, cedida à Lia Peixinho em 14 de julho de 2022).

Além desses objetos, no documento elaborado pelo grupo do Museu das Remoções também constava a proposta de doação da mesa do parquinho das crianças. Observa-se que parquinho foi um espaço de sociabilidade de grande importância para toda a comunidade durante as remoções:

No período de desmantelamento da Vila Autódromo, o parquinho foi requalificado pela comunidade junto com ativistas e com um projeto da universidade Anhanguera e tornou-se o local de recepção de eventos quando a Vila não tinha mais espaços de convivência. Para a moradora Sandra Maria, o parquinho é testemunho da alegria do cotidiano das crianças e adolescentes. Ela explica que o parquinho foi ocupado pela Guarda Municipal que inibia as crianças de brincarem. Entretanto, a partir do mutirão de requalificação participativo junto à universidade, o espaço foi reapropriado pela comunidade e tornou-se lugar de recepção. Foram realizados ali eventos significativos para a luta da comunidade, como a apresentação atualizada do Plano Popular de Urbanização, o lançamento do livro da Raquel Rolnik, a palestra do Harvey, entre outros (Texto extraído do documento elaborado pela equipe de trabalho do Museu das Remoções).

² Saiba mais em: Talbot, 2016.



Figura 22. Mesa do parquinho das crianças. Autoria: Luiz Claudio Silva. Vila Autódromo, RJ. Acervo do Museu das Remoções. Data: 2016.

Após o envio do documento com a lista de informações dos objetos que os moradores da Vila Autódromo e apoiadores do Museu das Remoções pretendiam doar, foi a vez de o MHN fazer sua seleção. Por conta de critérios internos do museu, que envolviam a possibilidade de preservação e exposição de objetos, “a doação da mesa do parquinho das crianças da Vila foi barrada pelo Museu Histórico Nacional, que afirmou que não poderia levar a mesa por ser um objeto de grande porte, pesado, e que eles não sabiam ao certo se iriam conseguir expor³” (Peixinho, 2024, p. 154). Entretanto, a vontade de doação permanece entre o grupo do Museu das Remoções. Em entrevista, Mario Chagas comentou gostaria de ver a mesa sendo exposta no pátio dos canhões, espaço com expografia original de Gustavo Barroso (Santos; Chagas, 2002, p. 214):

Foram várias idas pra lá para desenhar o acervo. O Paulo pôs algumas regras. Ele dizia: “Vamos evitar material perecível, né...” Então... Coisas mais pesadas... Você deve saber, nós tínhamos um brinquedo de criança que era o trepa-trepa... Queríamos levar pra lá, mas aí ele achou que não seria o caso. Acho que sobrou também uma mesa, uma mesa de cimento que nós também tínhamos selecionado... Eu desejava que essa mesa... pessoalmente eu desejava que ficasse no pátio dos canhões... [risos] Achei que ali ia ser bacana, né, mas isso também não foi aceito, né... (Entrevista de Mario Chagas, cedida à Lia Peixinho em 25 de agosto de 2022).

³ A questão também surge na fala de Paulo Knauss em uma videoconferência realizada pelo Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi) da UFF. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qS3IGZt4Khw>. Acesso em: 7 abr. 2024.

Após a seleção do MHN, também entraram na lista de objetos a serem doados uma camisa da Vila Autódromo (figura 23) e uma camisa do Museu das Remoções (figura 24). Ambas são símbolos de resistência da luta contra as remoções como prática política, mas sobretudo a da Vila Autódromo, símbolo da campanha “Rio sem Remoções”, do Comitê Popular Rio. A camisa foi lançada junto com o plano popular de urbanização da comunidade, como explica Giselle Tanaka:

Junto com o lançamento do Plano Popular, o Comitê Popular Rio propôs o lançamento da campanha “Rio Sem Remoções”. A campanha teria a luta da Vila Autódromo como emblema, mas sempre fazendo a relação com todas as comunidades ameaçadas no contexto dos megaeventos esportivos. Enquanto a campanha estava se desenhando no Comitê, um coletivo político de design gráfico realizou uma oficina com os moradores. O logo adotado amplamente e as peças gráficas associadas aos valores que os moradores defendiam foram os resultados imediatos desta oficina. A campanha foi lançada junto com o manifesto “Viva a Vila Autódromo: Rio Sem Remoções”, para coleta de assinaturas de apoio. O manifesto foi lançado em marcha realizada pela Cúpula dos Povos, organização popular paralela à Conferência Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que mobilizou movimentos sociais de todo o mundo no Rio de Janeiro. A marcha da Cúpula dos Povos se concentrou na Vila Autódromo e, partindo de lá, andou em direção ao Rio Centro, espaço de convenções onde estava acontecendo a conferência oficial da ONU (Tanaka et al., 2018, p. 26-27).



Figura 23. Camisa da Vila Autódromo.
Fonte: Museu Histórico Nacional/Ibram.
Disponível [neste link](#).



Figura 24. Camisa do Museu das Remoções. Fonte: Museu Histórico Nacional/Ibram. Disponível [neste link](#).

Ao todo, quatorze objetos foram doados ao MHN, sendo que um deles é composto por dois itens – o relógio e a conta da casa de dona Denise. Observa-se que houve dois momentos de musealização desses objetos, que, embora estejam relacionados, é possível perceber uma mudança de ares no repertório para a construção da narrativa acerca dos objetos. O primeiro processo de musealização dá-se no contexto de origem, a Vila Autódromo, referência central, mesmo quando ocorre a curadoria para a doação ao MHN, o que envolve a vontade de estabelecer correlações com objetos do Morro do Castelo. No processo de musealização desses objetos pelo grupo do Museu das Remoções, a requalificação destes no regime museal busca a preservação de uma forma de vida em comunidade e sociedade. O que está em pauta é a vida nas coisas e as relações entre as pessoas e as coisas. O segundo momento de musealização desses objetos se dá a partir da entrada da coleção no Museu Histórico Nacional. Sobre isso, destacamos uma passagem de uma publicação de 2018, na qual o Museu Histórico Nacional descreve a entrada da coleção de objetos da Vila Autódromo em seu acervo de história contemporânea como um reconhecimento à luta da Vila Autódromo e uma possibilidade de estabelecer correlações com seus objetos da demolição do Morro do Castelo:

Em maio de 2017, o Museu Histórico Nacional (MNH) recebeu o acervo do Museu das Remoções. Revestimentos, tijolos e basculantes das casas destruídas – entre outros fragmentos de arquitetura – juntaram-se a frontões, azulejos e placas de outras construções demolidas na história da cidade do Rio de Janeiro, em especial as do Morro do Castelo, posto abaixo em 1922, que já integravam a coleção do MHN. Esse ato de doação por parte do Museu das Remoções e de acolhida por parte do MHN reforça o reconhecimento histórico oficial da luta travada pelos moradores da Vila Autódromo contra atos arbitrários e de remoção. [...] O Museu Histórico Nacional reconhece o potencial do Museu das Remoções como um poderoso instrumento de cidadania no âmbito da resistência artística e da utilização da cultura como ferramenta transformadora para difundir, propagar e levar à reflexão situações reais de opressão (Museu Histórico Nacional, 2018, p. 216).

Segundo Paulo Knauss, então diretor do Museu Histórico Nacional no contexto da doação, os objetos são de grande importância para o acervo do MHN, pois “não é o discurso do técnico do museu, do especialista, do pesquisador, do acadêmico, nem do curador” (Teixeira, 2023, p. 40). Entretanto, o historiador declara que o Museu Histórico Nacional deveria ter empreendido mais esforços para o desenvolvimento da documentação museológica dos objetos:

Eu acho que nesse caso a gente devia ter tido mais foto, tinha que ter mais acervo porque isso vai ser objeto de pesquisa no futuro. Então era o momento que o museu tinha de construir uma documentação museológica mais rica do que foi constituída. É uma fichinha, uma folhinha que tem lá um resumo qualquer, eu acho que era o momento da gente colocar no dossiê da peça, pelo menos, o registro de que a Sandra apresentou pra gente não sei quantas fotos. E até, por que não? Reproduzir as fotos pra colocar no dossiê, mas a equipe tem muita coisa pra fazer, naturalmente, e isso exige uma prática inovadora e nós não conseguimos realizar, nós mantivemos uma prática tradicional em relação a essas peças. Mas, de todo modo, o que eu acho que tinha que deixar mais claro no dossiê da peça é como é que esse processo foi feito. Nós partimos das propostas de vocês. Nós não aceitamos todas porque nós dialogamos com vocês as condições de preservação disso no museu (Entrevista de Paulo Knauss, cedida à Sandra Maria Teixeira em 22 de julho de 2023).

O quadro abaixo (Peixinho, 2024, p. 161) lista os objetos doados e relaciona o título atribuído a cada um no documento desenvol-

vido pelo grupo de Museu das Remoções, as denominações deles no acervo do Museu Histórico Nacional e as suas descrições nas fichas catalográficas do Museu Histórico Nacional. Na base de dados, consta a informação de que as fichas de documentação dos objetos ainda não foram revisadas, o que pode ser encarado como uma oportunidade de incluir moradores da Vila Autódromo e colaboradores do Museu das Remoções no processo de documentação museológica.

Lista de objetos doados e a documentação no Museu Histórico Nacional			
Denominação do objeto no dossiê enviado pelo Museu das Remoções no processo de doação		Denominação no MHN com link para acesso à documentação do objeto na base de dados do MHN	Descrição do objeto no acervo do MHN (<i>informações datadas de 26/02/2024</i>)
1	Pedraço de alvenaria com azulejo (Casa do Francisco)	Alvenaria (fragmento)	Bloco composto de tijolo, argamassa e azulejo. Formato irregular. Na parte frontal, azulejo, seguido de argamassa do emboço na intermediária e, na posterior, tijolos e argamassa de junção. Parte da residência do Sr. Francisco, que se situava à Rua Francisco Landy, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.
2	Peitoril de granito (Casa do Adriano Ferreira - Joaquim)	Peitoril (fragmento)	Fragmento de peitoril de granito, formato retangular, uni-face, em tons castanhos claros. Parte da residência do Sr. Adriano Ferreira (Joaquim), que se situava à Rua Francisco Landy, na Vila Autódromo, Jacarepaguá, cidade do Rio de Janeiro.
3	Bloco hexagonal em cimento (Casa do Adão)	Bloco	Bloco de cimento, em formato hexagonal, com faces sinuosas. Parte do calçamento da residência do Sr. Adão, que se situava à Rua Beira Rio, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro. <i>[Na data da consulta, as imagens relacionadas a este item eram as do bloco em ziguezague da casa do Sr. João]</i>

4	Parte de alvenaria (Casa da Penha)	Alvenaria (fragmento)	Fragmento de alvenaria, bloco de formato irregular composto de tijolo, argamassa de junção e reboco. Compunha a parede da residência da Sr ^a Maria da Penha, que se situava à Avenida do Autódromo, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro. Face anterior com caracteres ilegíveis na cor preta.
5	Basculante (Casa da Penha)	Janela basculante	Janela basculante em alumínio e vidro, formato irregular com duas básculas móveis com vidro canelado e uma fixa sem vidro. Parte da residência da Sr ^a Maria da Penha, que se situava à Avenida do Autódromo, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.
6	Bloco em ziguezague em cimento (Casa do João)	Bloco	Bloco de concreto para calçamento intertravado, composto por argamassa, faces irregulares e ásperas, formato hexagonal. Parte da residência do Sr. João, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro. <i>[Na data da consulta, as imagens relacionadas a este item eram as do bloco hexagonal da casa do Sr. Adão]</i>
7	Faca unipolar – equipamento de rede elétrica (Casa da Maria)	Faca unipolar (fragmento)	Faca unipolar em ferro galvanizado, formato retangular, com abas nas extremidades. Na parte superior, dois seccionadores em porcelana, onde se enrolam os condutores elétricos a serem acionados por chave na parte superior. Placa de alumínio fixada ao trilho com as especificações do produto. Parte da residência da Sr ^a . Maria, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.
8	Grade de janela em ferro (Casa de Mainha)	Grade	Grade de janela em ferro, composta por hastes soldadas entre si, formando dez losangos bipartidos. Parte da residência da Sr ^a . Mainha, que se situava à Rua Gilles Villeneuve, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.

9	Tijolo maciço (Casa de morador não identificado)	Tijolo (fragmento)	Fragmento de tijolo maciço, em barro, formato de paralelepípedo, tendo em uma das faces a inscrição: "COMPANHIA INHAÚMA DE IRAJÁ". Parte de residência não identificada, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.
10	Azulejo de piscina com imagem de peixe (Casa de Nadilse)	Azulejo	Azulejo de piscina, formato quadrangular em tons de azul com motivos decorativos marinhos: ondas do mar e peixes. Parte da residência da Sr ^a . Nadilse, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.
11	Relógio e conta de luz (Casa de Dona Denise)	Medidor de luz	Medidor de luz, corpo em caixa retangular com tampa transparente e parte posterior preta. No interior, medidor fixado ao fundo. Inscrições na tampa, em placa de cor verde com letras em branco: "LIGHT. Nº 9". Inscrições na caixa: "PLASTIMAX - SÃO PAULO". Parte da residência da Sr ^a . Denise, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro. Acompanha a conta de luz da empresa de fornecimento de energia elétrica Light S.A. em nome da moradora.
12	Bomba sapo – bomba de água (utilizada por Sandra Maria e outros moradores para fazer a limpeza do sumidouro)	Bomba sapo	Bomba de água submersível tipo "sapo", montada em duas seções. Base de formato quadrangular com arestas arredondadas, onde se encontra instalado o sistema elétrico. Parte superior de formato circular, onde se encontra instalado o sistema hidráulico. Mangueira plástica de 3/4" acoplada. Utilizada pela Sr ^a Sandra Maria e outros moradores para a limpeza do sumidouro, na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.
13	Camisa da Vila Autódromo	Camiseta	Camiseta de algodão, na cor branca, tamanho P, com estampa frontal em <i>silk</i> nas cores preta e azul com a seguinte inscrição: "VIVA A VILA AUTÓDROMO – RIO SEM REMOÇÕES"; ao centro, cinco ondas do mar estilizadas nas cores azul e preta.

14	Camisa do Museu das Remoções	Camiseta	Camiseta de algodão, na cor branca, tamanho P, com estampa frontal em <i>silk</i> nas cores preta e vinho com a logomarca do Museu das Remoções, que consta de um perfil estilizado da Vila Autódromo e do logotipo do Museu das Remoções logo abaixo.
----	------------------------------	----------	--

Quadro 1. Lista de objetos doados ao Museu Histórico Nacional pelo Museu das Remoções. Fonte: Peixinho, 2024, p. 161.

Pontes entre o Morro do Castelo e a Vila Autódromo e tantas outras remoções

Para falarmos sobre o Morro do Castelo, precisamos pensar a partir do território. Afinal, quando os europeus invadiram este território, havia nas terras hoje denominadas Brasil uma população imensa. Segundo a Funai, a população indígena em 1500 era de aproximadamente 3 milhões de habitantes (Garcia, 2022), os quais os europeus chamaram de índios. Uma denominação genérica que omite a diversidade cultural. No território hoje denominado Brasil, havia centenas de nações independentes, que falavam línguas diferentes, possuindo organização social variada, cada qual com sua própria cultura, costumes e crenças religiosas diferentes e nomes próprios.

Dois anos após ser fundada a cidade de São Sebastião, no morro denominado Cara de Cão, após muitas batalhas, os franceses foram expulsos e o local escolhido para a reorganização da cidade foi o morro, na época denominado pelos europeus como Morro do Descanso, chamado depois de Alto da Sé, Alto de São Sebastião e, por último, Morro do Castelo. O morro era fortificado visando manter a proteção dos colonizadores portugueses. Nele, foram erguidas construções monumentais, entre as quais a Igreja de São Sebastião e o Convento dos Capuchinhos, onde foram depositados os ossos de Estácio de Sá e o marco de fundação da cidade. Com o passar do tempo, por causa do crescimento populacional e das dificuldades no acesso à água, muitos moradores desceram em direção à Várzea, atual Praça XV (Paixão, 2008, p. 25).

Os planos de derrubar o Morro do Castelo eram antigos. No reinado de Dom João VI, durante o qual a cidade já se desenvolvia na parte plana, falava-se nos problemas que tal morro causaria ao desenvolvimento do município; e que impedia a circulação de vento e o livre escoamento das águas. A história do Morro do Castelo, desde 1567, quando Mem de Sá transferiu para lá o núcleo urbano da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, até sua remoção total em 1922, durante o governo de Carlos Sampaio, marcou o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro.

Em 1904, no governo de Pereira Passos, é realizada uma grande demolição no morro do Castelo, alterando o seu limite em extensão. A segunda demolição foi iniciada em 1921 e foi bastante discutida na imprensa, entre governantes e intelectuais. Nesta época a realidade do morro era bem diferente do período colonial, no qual havia uma grande presença de instituições ligadas à Coroa e durante o Império, período em que foram erguidas grandes construções. A maior parte da população que habitava o morro no início do século XX era de pessoas pobres. As intervenções urbanas deste período, com a remoção de cortiços, aumentaram a concentração populacional, piorando as condições de vida e higiene. Com todas as discussões e opiniões intelectuais contrárias ao desmonte, o morro foi arrasado por um sistema de jatos de água (Teixeira, 2023, p. 32).

A demolição total do Morro do Castelo se deu no contexto das obras para a Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil em 1922, que visava transmitir uma imagem do Rio de Janeiro como uma cidade moderna no cenário mundial. Nessa época, o Morro do Castelo

[...] abrigava mais de 5 mil pessoas em cortiços, vilas, estalagens e outras habitações coletivas que caracterizavam o tipo de moradia das classes trabalhadoras neste período (Chalhoub, 1996, p. 15). A derrubada do Morro do Castelo fez parte do projeto de embelezamento planejado da urbe, que significava para as autoridades da época uma via expressa ao ideal de modernidade das cidades europeias em oposição ao passado colonial associado à dependência, à desordem e ao atraso a que estes tipos de habitações e seus ocupantes passaram a ser associados/as (Santos, 2022, p. 175).

No Museu Histórico Nacional, estão preservados objetos de parte da história do Morro do Castelo que se vinculam à presença da Igreja Católica. Consideramos válido o exercício de reflexão sobre o que se perdeu. Observa-se que o MHN preserva objetos das ordens católicas presentes no Morro do Castelo, mas pouco ou quase nada aparecem acerca dos moradores castelenses que tiveram suas moradias e vidas afetadas com a demolição. A historiadora Aline Montenegro, que trabalhava no Museu Histórico Nacional na época da doação e foi uma das pessoas responsáveis pela realização desse processo, observa que alguns objetos do acervo do MHN que se relacionam a remoções históricas não representam todas as pessoas impactadas por elas, uma vez que

Essas reformas urbanas não só destruíram edificações oficiais como as do Morro do Castelo, Convento dos Jesuítas, a igreja, o próprio forte, mas também vestígios de moradias de pessoas que foram removidas para que o lugar fosse destruído. E nós não tínhamos esses vestígios de residências. O museu, seguindo a historiografia proposta quando foi criado, ele só preservou vestígios de arquitetura de edificações oficiais, como o Convento da Ajuda aqui na Cinelândia, [...] os vestígios do Morro do Castelo, os vestígios também de edificações de fora do Rio de Janeiro, como uma pia batismal da Igreja da Sé lá em Salvador, da Casa de Marília de Ouro Preto. Então são edificações que foram desaparecendo do espaço urbano e que algum vestígio veio pra ser preservado no Museu. Então, a ideia era justamente colocar em diálogo essas experiências mais remotas de destruição no curso de reforma urbanas com experiências mais recentes, até no sentido de mostrar que não são experiências que ficaram no passado, mas que são o tempo todo recorridas quando há algum interesse (Entrevista de Aline Montenegro, cedida à Sandra Maria Teixeira em 26 de julho de 2023).

Assim como a remoção da Vila Autódromo, a remoção do Morro do Castelo aconteceu no bojo de um projeto de reforma urbana cujo objetivo era forjar uma identidade nacional elitista, deslocando a pobreza e as desigualdades sociais para segundo plano, encobertas por obras espetaculares. Em 1922 ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da independência do Brasil (1822-1922). E a cidade viveu reformas urbanas preocupadas em atender padrões internacionais. Por tudo isso, para o professor Mario Chagas, é fundamental trabalhar a narrativa apresentada no módulo

“Cidadania”, a fim de explorar o diálogo e a reflexão acerca de características que se repetiram na Vila Autódromo, como, por exemplo, a questão da limpeza da paisagem e do espaço urbano:

Então ali o Morro do Castelo era considerado um Focinho de Porco, uma favela. Então era preciso limpar aquilo tudo, tirar dali, né? E foi. Também esteve ligado a um grande evento, que é a exposição de 1922. Então tem relações ali que precisam ser traçadas, precisam ser costuradas e isso, eu diria, é importantíssimo, como uma contribuição para a história do Brasil recente, a história do Brasil República. Então, um trabalho como esse, ele vai também dar um sinal para a importância do registro de memória de outros processos de remoção, em outras comunidades (Entrevista de Mario Chagas, cedida à Sandra Maria Teixeira em 25 de julho de 2023).

Paulo Knauss ressalta as correlações possíveis entre os dois tempos que envolvem o Morro do Castelo e a Vila Autódromo. Ele recorda que o contexto histórico de fundação do Museu Histórico Nacional está associado à remoção do antigo Morro do Castelo. E, assim como Aline Montenegro, menciona os objetos que foram preservados para guardar essas memórias:

Então eu acho que veio, no caso do Museu das Remoções, que trata sobretudo da questão da habitação, que no próprio contexto de fundação do Museu Histórico está associado à remoção dos habitantes do antigo Morro do Castelo, e naquela altura o Gustavo Barroso reuniu uma coleção representativa da cultura material da vida no Morro do Castelo. É claro que ele não reuniu coisas relacionadas à vida das pessoas comuns, portanto, as casas, dos cortiços, das casas que existiam lá. Ele juntou coisas da igreja, daqueles prédios monumentais do Morro do Castelo, mas é o que temos pra contar, do ponto de vista da cultura material, os vestígios dessa história, que não é nem a remoção ali, é o desmonte do Morro e as pessoas foram largadas ao deus-dará. Não pegaram e levaram pra outro lugar, mandaram o aviso: “você vão perder a casa de vocês, virem-se” (Entrevista de Paulo Knauss, cedida à Sandra Maria Teixeira em 22 de julho de 2023).

O módulo “Cidadania” traz algumas reflexões acerca da remoção do Morro do Castelo e as relações com a remoção da Vila Autódromo – o que está diretamente relacionado ao esforço de reorientação do trabalho institucional do MHN. Trata-se de uma coleção que se constitui a partir do diálogo com quem é o sujeito histórico da história que está sendo representada.

Na parte da ala do módulo “Cidadania” em que estão expostos alguns dos objetos doados pelo Museu das Remoções, também estão alguns objetos da demolição do Morro do Castelo e objetos que remetem a outras comunidades da cidade do Rio de Janeiro. Na parede, estão expostos (figuras 25 e 26): o relógio de luz da antiga casa de dona Denise; o basculante que pertenceu à antiga casa de dona Penha; e a grade de ferro da janela da antiga casa de Mainha. Nessa parede também estavam expostos: uma placa da Rua Eletricista José Ramos de Nova Holanda, objeto da Maré; a pintura Forte do Morro do Castelo, de Gustavo Dall’Ara, de 1922; e o lavabo da sacristia que pertencia à Igreja de São Sebastião, localizada no Morro do Castelo. Em vitrine, estão expostos (figuras 27 e 28): a alvenaria com azulejo da antiga de Francisco; o bloco em zigueza-gue da antiga casa de João; o tijolo maciço de morador não identificado; o peitoril de granito da antiga casa de Joaquim; o azulejo da piscina da antiga casa de Nadilse; e a faca unipolar da rede elétrica da antiga casa de Mainha – o único objeto que não possui referências ao local de origem e à moradora a que pertenceu na lenda; e azulejos que pertenceram ao Convento dos Jesuítas, que ficava localizado no Morro do Castelo.



Figura 25. Vista da parede da exposição no MHN. Autoria: Lia Peixinho. Museu Histórico Nacional, RJ. Data: 15 de outubro de 2022.

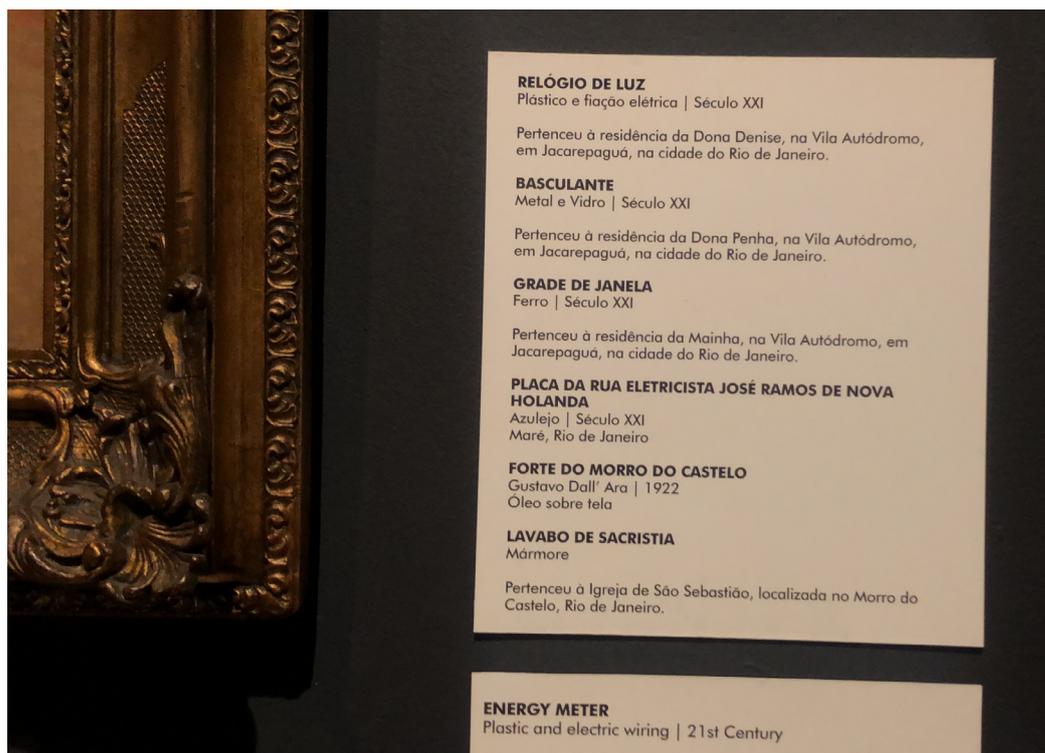


Figura 26. Legenda dos objetos expostos na parede. Autoria: Lia Peixinho. Museu Histórico Nacional, RJ. Data: 15 de outubro de 2022.



Figura 27. Vista da vitrine da exposição no MHN. Autoria: Julie Dantas. Museu Histórico Nacional, RJ. Data: 4 de dezembro de 2023.

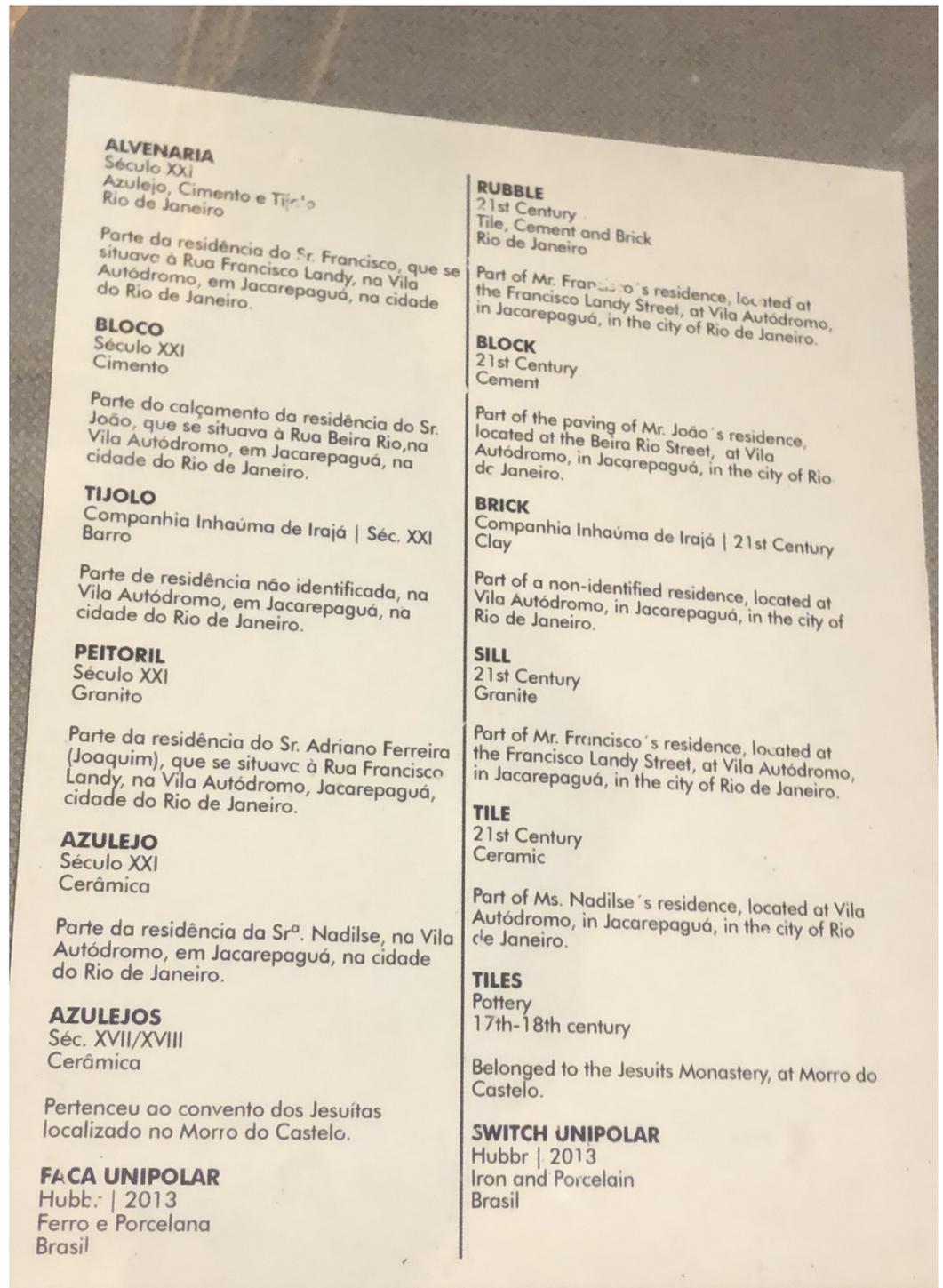


Figura 28. Legenda dos objetos expostos na vitrine. Autoria: Lia Peixinho.
Museu Histórico Nacional, RJ. Data: 15 de outubro de 2022.

Lista de objetos do Morro do Castelo em exposição com objetos da Vila Autódromo		
Denominação	Título	Descrição do objeto no acervo do MHN (Informações datadas de 30 de junho de 2024)
Pintura documental	Forte do Morro do Castelo	Em primeiro plano, à esquerda, mulher agachada de costas tendo ao lado bacia, ao fundo varal com roupas estendidas. Ao centro, grupo de cinco crianças rodeadas por galinhas e pintos e, de frente, caminhando, figura feminina com saia longa e avental. À direita, homem carregando cesta, tendo ao seu lado uma cabra. Ao fundo construção em tons avermelhados, dando um aspecto de envelhecimento, apresenta grande porta com a parte superior arredondada, cunhais de pedra com frontão retilíneo decorado com volutas e a inscrição "1715". No alto da construção, criança de pé com vestido branco. Céu azul com pequenas nuvens brancas. Assinatura do autor e datação no canto inferior esquerdo: "G Dall>Ara 1922". Moldura em madeira dourada.
Lavabo de sacristia (fragmento)	Não possui	Lavabo da Igreja de São Sebastião, localizada no Morro do Castelo.
Azulejo	Não possui	Sete azulejos formam um conjunto e podem ser consultados a partir do link indicado. Nenhum deles possuem descrição com informações sobre o contexto de origem. Fichas possuem os termos de indexação: "convento dos jesuítas, morro do castelo, rj".

Quadro 2. Lista de objetos do Morro do Castelo em exposição com objetos da Vila Autódromo. Fonte: as autoras.

Com base na narrativa dos objetos do Morro do Castelo e da Vila Autódromo comunicada pelo Museu Histórico Nacional no módulo "Cidadania" e nas fichas de documentação museológica analisadas, observamos que ainda existem muitos silêncios e lacunas a serem explorados nos dois contextos. Pela própria experiência de curadoria de objetos da Vila Autódromo a serem doados ao MHN, reconhecemos que as faltas e perdas são características de contextos de remoção. Não é para isso mesmo que as remoções são feitas? No entanto, por ser intencional, as faltas e ausências podem ser ocupadas por reflexões e ações, sobretudo quando o tema reverbera e se perpetua no presente, como no caso das remoções, ainda empreen-

didadas como práticas políticas de remodelação social. Podemos e queremos acompanhar o investimento em práticas museológicas que envolvem a comunidade para agir efetivamente no museu. Não é sobre isso que trata a museologia social? Nesse sentido, cabe aos museus tradicionais o questionamento sobre como os exemplos de outros modelos conceituais de museus podem contribuir para a revisão de suas práticas. Aqui neste artigo, mas desde antes dele, a parceria do Museu das Remoções com o Museu Histórico Nacional visa gerar uma tensão sobre a questão complexa que se coloca. Do Morro do Castelo à Vila Autódromo há diversas pontes e casas demolidas ou descaracterizadas pelas remoções, e a experiência da remoção segue ainda hoje. O que podem fazer os museus?

A fim de citar algumas práticas possíveis: no Museu das Remoções é desenvolvida uma rede de apoio e cooperação com outras comunidades ameaçadas de remoção ou que tenham sido ou estejam sendo atravessadas por ela. Nesse sentido, uma das práticas do museu é a visita à comunidade ameaçada com a exposição itinerante *Imagens de memória e luta*, que conta com fotografias de autoria de Luiz Claudio da Silva, algumas delas apresentadas neste trabalho. Durante a visita, forma-se uma roda de conversa com oficinas de memórias mediadas por fotografias das remoções da Vila Autódromo, as quais muitas vezes são familiares aos moradores de outras comunidades pelas similaridades entre as violências dos processos de remoção em diferentes lugares. Mesmo durante a pandemia, quando a principal recomendação era que todos ficássemos em nossas casas, muitas pessoas eram removidas de suas casas. Nesse período, as redes com comunidades afetadas pelas remoções foram sustentadas de modo virtual, com grupos de Whatsapp, vídeos ao vivo⁴ para estimular o engajamento de novos apoiadores às lutas contra as remoções e uma exposição digital, a fim de estimular o exercício da realização de oficinas de memórias nas comunidades.

⁴ Os vídeos podem ser encontrados no perfil do Museu das Remoções no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/museudasremocoas/>. Acesso em: 10 jun. 2024. E no canal do museu no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC6k-b8UCk2DRWsiQBW6pmVA>. Acesso em: 10 jun. 2024.



Figura 29. Exposição itinerante Imagens de memória e luta em Araçatiba (RJ).

Autoria: Luiz Claudio Silva. Araçatiba, RJ. Acervo do Museu das Remoções.

Data: 10 de dezembro de 2017.

Os museus históricos devem se comprometer com a luta contra as remoções

Nossas considerações finais são, na verdade, considerações sobre o meio, são sobre um processo no qual avançam ou tentam avançar as práticas engajadas e comprometidas com a museologia social. Consideramos que o fortalecimento da museologia social representa o fortalecimento da identidade de um povo, que não aceita mais ser silenciado e descrito de forma a fortalecer a identidade de seus dominadores. Em uma sociedade que se constituiu através de invasão territorial, escravidão, violação e exploração humana, a memória é um direito.

Por meio da museologia social, acreditamos ser possível que os movimentos sociais avancem na conquista dos direitos e do respeito que lhes foram roubados no processo colonizador, com seus

resquícios presentes no racismo entranhado nas estruturas sociais. Há implicações problemáticas quando uma sociedade tem sua identidade forjada com apagamentos, silenciamentos e tentativas de clareamento. Nesse processo, a educação, a cultura e a memória são ferramentas potentes, por meio de histórias oficiais que valorizam heróis colonizadores e espaços de memória que enaltecem seus elementos culturais em detrimento aos dos colonizados.

O fortalecimento do movimento social de conquista de direitos, identidade e memória representado pela museologia social gera aos poucos uma abertura nos grandes museus, que começam a fazer, de forma ainda bem tímida, novas leituras de alguns acervos. Precisamos refletir sobre os séculos de atraso na construção de identidades forjadas em prol da dominação. Nesse sentido, o recente reconhecimento da museologia social pelo Icom (Comitê Internacional de Museus), com a criação do Somus (Comitê Internacional para a Museologia Social) em 2023, após negá-la como prática museológica por mais de quarenta anos, é um reflexo de um trabalho de resistência e preservação cultural através da memória.

Não é mais viável adiar a necessidade de posicionamento político ativo dos museus. A falta de atitude há de ser entendida como uma postura escolhida. Os museus históricos devem se comprometer e se posicionar no presente. Eis aqui o nosso convite.

Referências

- BOGADO, Diana; LAMA, José Pérez de; MEDINA, José María López; CHAGAS, Mario. O Museu das Remoções da Vila Autódromo como resposta sociocultural ao caso de empreendedorismo urbano do Rio de Janeiro. In: VAZ, Lilian Fessler; SELDIN, Claudia. *Cultura e resistências na cidade*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2018.
- CHAGAS, Mario; BOGADO, Diana. A museologia que não serve para a vida, não serve para nada: o Museu das Remoções como potência criativa e potência de resistência. In: CALABRE, Lia; CABRAL, Eula Dantas Taveira; SIQUEIRA, Maurício; FONSECA, Vivian (org.). *Memória das olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017.
- CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia Social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM – Museologia Social*, Chapecó, ano 27, n. 41, dez. 2014.
- DOSSIÊ: megaeventos e direitos humanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2015.
- FANON, Frantz. *Em defesa da revolução africana*. Lisboa: Sá da Costa, 1980.
- GARCIA, Maria Fernanda. Genocídio no Brasil: mais de 70% da população indígena foi morta. *Observatório do Terceiro Setor*, 6 mar. 2022. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/genocidio-brasil-mais-de-70-da-populacao-indigena-foi-morta/>. Acesso em: 15 maio 2024.
- MÜNCH, M. *Direitos humanos e a colonização do urbano: Vila Autódromo na disputa*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.
- MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Museu das Remoções: brevíssima apresentação. *Revista MUSAS*, n.8, p. 214-216, 2018.
- PAIXÃO, Cláudia Miriam Quelhas. *O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- PEIXINHO, Lia Fernandes. *Musealização da Vila Autódromo no Museu das Remoções: materialização de ausências*. 2024. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2024.
- SANTOS, Karolline Pacheco. Outra independência nos escombros da memória: insurgências museológicas e o Rio de Janeiro. *Revista Mosaico*, v. 14, n. 2, p. 167-189, 2022.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos; CHAGAS, Mario de Souza. A vida social e política dos objetos de um museu. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 34, 2002.
- TALBOT, Adam. Prefeitura demoliu casa de ‘Mulher Cidadã’ no Dia Internacional da Mulher [VÍDEO]. *RioOnWatch*, 11 mar. 2016. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=18671>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- TANAKA, G. et al. Uma história de luta e resistência. In: TANAKA, G. et al. (org.). *Viva a Vila Autódromo: O Plano Popular e a luta contra a remoção*. Rio de Janeiro: Letra e Capital, 2018.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, Museu das Remoções: brevíssima apresentação. *Revista MUSAS*, n. 8, p. 214-216, 2018.

TEIXEIRA, Sandra Maria de Souza. Bomba sapo. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BOTELHO, André Amud; LENZI, Maria Isabel; BEZERRA, Rafael Zamorano. *Histórias do Brasil: 100 objetos do Museu Histórico Nacional – 1922-2022*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2022. p. 449-452.

TEIXEIRA, Sandra Maria de Souza. *Tijolos da história: museu, resistência e Memórias da Vila Autódromo*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Sandra Maria de Souza Teixeira | Historiadora (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ), moradora da Vila Autódromo e cofundadora do Museu das Remoções. E-mail: sandramsouza9@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0871-8609>.

Lia Fernandes Peixinho | Museóloga (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO) e mestre em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS – UNIRIO/MAST). É colaboradora voluntária do Museu das Remoções desde 2018. E-mail: liafpeixinho@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9351560477205703>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5544-9188>.

[<< Voltar ao início](#)